

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a sexagésima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior da Câmara Municipal de Cuba, designada para secretariar as reuniões do órgão executivo em regime de substituição. -----

Faltou a Sra. Vereadora Maria Margarida Caeiro Vasco por motivos de força maior devidamente justificados. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

A Câmara por unanimidade delibera antecipar a reunião inicialmente prevista para 13.04.2016 para o dia 11 pela mesma hora. -----

A presente deliberação tem por base a articulação da prestação de contas entre a reunião de Câmara e a sessão da Assembleia Municipal. -----

Por último regista-se que não terá qualquer repercussão no público em geral dado não ser a última do mês. -----

Mais delibera, por motivos de força maior, proceder também à antecipação da reunião de 11.05.2016 para o dia 9 pela mesma hora. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 29 DE MARÇO DE 2016: € 272.920,32. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS. -----

1. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA. (PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS INERENTES AO ESTUDO PRÉVIO E AO PROJETO DE EXECUÇÃO). NECESSIDADE DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO ESPECÍFICO POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO AUTÁRQUICO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2016, do Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, registando que, em função da matéria em cima apresentada, se trata de um contrato de prestação de serviço sob a forma de tarefa, razão pela qual terá que ser aplicado o procedimento previsto no art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, sobre a **emissão de parecer prévio** por parte da câmara municipal. -----

Quanto à matéria inerente à emissão de pareceres prévios por parte do Executivo, em

caso de contratos de avença e de tarefa, foi a mesma detalhadamente apresentada na reunião de câmara de 08 de julho de 2015, através da Informação n.º 32/2015 do Chefe da DGM, para apresentação do teor e repercussões da publicação e entrada em vigor da Portaria n.º 149/2015, razão pela qual se remete para tal documento, dispensando-se assim que se apresente aqui, de novo, toda a contextualização técnico-jurídica. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na supra referida informação, delibera: -----

1.º - Tornar público que a celebração de contratos de prestação de serviço continuam sujeitas a autorização por parte da Câmara Municipal, dado que à data ainda está em vigor o Orçamento de Estado de 2015, quanto ao Orçamento de 2016, após publicação e entrada em vigor essa questão será devidamente afluída; -----

2.º - A deliberação genérica emitida para o ano de 2015 não pode ser utilizada nos casos que excedem os limiares aprovados, ou seja, 5.000€; -----

3.º - Pelas razões expressas em 1.º e 2.º, delibera expressamente emitir autorização à aquisição de serviços na forma de tarefa para elaboração de todas as peças escritas e desenhadas a que faz referência a Portaria n.º 708-H/2008, de 29 de julho, em específico o Estudo Prévio e o Projeto de Execução, para que, uma vez na posse desses elementos, possa ser lançado o concurso público da empreitada de Requalificação e Valorização da Casa Fialho de Almeida, em Cuba, definindo como preço base – 29.823,75€ (vinte e nove mil, oitocentos e vinte e três euros e setenta e cinco cêntimos). -----

2. CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE VILA ALVA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a emissão de licença especial de ruído e a isenção do pagamento das taxas devidas, requeridas pelo Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva, para realização do Baile da Pinha, em Vila Alva, nas próprias instalações, entre as 21,00 horas do dia 26 e as 2,00 horas do dia 27 de março de 2016. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. SEBASTIÃO JOSÉ GIL CARAPINHA. PEDIDO DE DEDUÇÃO DE VALOR PAGO EM EXCESSO, NA PRÓXIMA MENSALIDADE. -----

Foi deliberado em reunião de Câmara de 03/12/2016, a atribuição da banca de hortaliças n.º 2 no Mercado Municipal de Cuba ao Sr. Sebastião José Gil Carapinha. ----- Nesse mês foram efetuados dois pagamentos no valor de € 3,62 (duas taxas diárias), mais a taxa mensal no valor de € 12,02, pelo que se propõe a restituição da verba de € 3,62 ou a sua dedução, na próxima mensalidade, uma vez que houve sobreposição de pagamentos. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 63/2016, da Subunidade Administrativa, delibera proceder à restituição da verba. -----

4. MANUEL JOSÉ TRINDADE CADETE. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VERBA. -----

Solicita o Sr.º Manuel José Trindade Cadete a restituição do valor de € 5,98, pago indevidamente, referente a agravamento da renda do mês de dezembro de 2015, cobrado no dia 11 de dezembro de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 67/2016, da Subunidade

Administrativa e atendendo à deliberação tomada pelo Executivo em reunião de 13 de outubro de 2010, segundo a qual pode, a título excecional, mediante requerimento fundamentado, perdoar até três agravamentos por ano, delibera proceder à restituição da verba. -----

5. JOSÉ ANTÓNIO MACHADO DOS ANJOS. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO FESTIVAL DO CARACOL. -----

Solicita o Sr. José António Machado dos Anjos a cedência de 1m² de terrado para venda de balões, no Largo Conde da Esperança, em Cuba, por ocasião do Festival do Caracol. - De acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, a mesma só pode ser exercida, por forma permanente no mercado mensal de Cuba ou de forma transitória por ocasião de festas ou festejos, nos locais demarcados pela Câmara Municipal e nos horários por ela fixados (vide alínea) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art. 7.º respectivamente. -----

Compete ao Sr. Presidente da Câmara decidir sobre a atribuição, ou não, de licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art. 51 do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 64/2016, da Subunidade Administrativa, sem descurar o carácter de exclusividade do evento, no entanto, a título excecional, não querendo deixar de fora o público infantil, entende como adequado permitir a colocação de um espaço reservado apenas à venda de balões. -----

Mais delibera a Câmara que os serviços responsáveis pelo desenvolvimento desta temática levem em linha de conta, na proposta de Regulamento do evento para 2016, a necessidade de criar um espaço que dê resposta ao público infantil no que concerne à venda de balões, considerando ainda a possibilidade de colocar o lugar a concurso caso apareça mais do que um candidato com pedido idêntico. -----

6. FRANCISCO MANUEL ROSA BICHO. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PUBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO FESTIVAL DO CARACOL. -----

Solicita o Sr. Francisco Manuel Rosa Bicho, 3m² de terrado para venda de pipocas e algodão doce, no Largo Conde da Esperança, em Cuba, por ocasião do Festival do Caracol. -----

De acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, a mesma só pode ser exercida, por forma permanente no mercado mensal de Cuba ou de forma transitória por ocasião de festas ou festejos, nos locais demarcados pela Câmara Municipal e nos horários por ela fixados (vide alínea) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art.º 7.º respetivamente. -----

Compete ao Sr. Presidente da Câmara decidir sobre a atribuição, ou não, de licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art. 51 do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 65/2016, da Subunidade Administrativa, à semelhança de procedimento idêntico na Edição do ano passado, sem descurar o carácter de exclusividade do evento, no entanto, a título excecional, não querendo deixar de fora o público infantil, entende como adequado permitir a colocação de um espaço reservado apenas à venda de produtos do género algodão doce e pipocas. -----

Mais delibera a Câmara que os serviços responsáveis pelo desenvolvimento desta temática levem em linha de conta, na proposta de Regulamento do evento para 2016, a necessidade de criar um espaço que dê resposta ao público infantil no que concerne à parte alimentar, considerando ainda a possibilidade de colocar o lugar a concurso caso

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "SB." and "Bento".

apareça mais do que um candidato com pedido idêntico. -----

7. FRANCISCO MANUEL ROSA BICHO. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PUBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO FESTIVAL DO CARACOL. -----

Solicita o Sr.º Francisco Manuel Rosa Bicho, um espaço com 3,50m de raio, para instalação do Carrossel Infantil Lusitano, no Largo Conde da Esperança, em Cuba, por ocasião do Festival do Caracol. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 66/2016, da Subunidade Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera deferir a pretensão do requerente, possibilitando a instalação depois de pagas as taxas devidas, ressalvando que, a utilização de som no espaço, de modo algum pode por em causa os eventos musicais que constam do programa do evento. -----

8. IDALÉCIO DA CONCEIÇÃO ROSA. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PUBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO FESTIVAL DO CARACOL. -----

Solicita o Sr.º Idalécio da Conceição Rosa, 4m² de terrado, para venda de crepes, no Largo Conde da Esperança, em Cuba, por ocasião do Festival do Caracol. -----

De acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, a mesma só pode ser exercida, por forma permanente no mercado mensal de Cuba ou de forma transitória por ocasião de festas ou festejos, nos locais demarcados pela Câmara Municipal e nos horários por ela fixados (vide alínea) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art. 7.º respetivamente. -----

Compete ao Sr. Presidente da Câmara decidir sobre a atribuição, ou não, de licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo à exclusividade do evento, à natureza para a qual o mesmo foi criado, às expectativas geradas nos estabelecimentos comerciais que aceitaram pagar uma quantia para poder explorar os espaços no âmbito de uma temática específica, delibera indeferir a pretensão pelas razões expostas, devendo proceder-se de igual forma em situação similares que venham a ser solicitadas. -----

9. CATARINA ESPÍRITO SANTO CARVALHO JANEIRO BALTAZAR. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA FÉ, 70-A – FARO DO ALENTEJO. -----

Solicita a Sr.ª Catarina Espírito Santo Carvalho Janeiro Baltazar, na qualidade de herdeira de Benjamim António Carvalho, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 110,70, em 3 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, em face da informação n.º 68/2016, da Subunidade Administrativa, e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, delibera atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em 3 prestações: 2 (duas) de € 40,00 e 1 (uma) de € 30,70, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

10. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – 1.º CICLO – ANO LETIVO 2015/2016 – APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM CANTINA ESCOLAR POR MOTIVO DE

TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2016, do Serviço de Ação educativa Foram rececionados dois pedido de apoio para cantina escolar para 2 alunos, David Campenhe da Silva e Diana Campenhe da Silva, que se encontram a frequentar o 1.ºCiclo na Escola Básica Fialho de Almeida, na sequência de transferência de estabelecimento de ensino da Escola de São Matias. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento, o requerimento foi aceite por este Serviço, embora fora do prazo regulamentado para a receção das candidaturas, mas que pelos motivos apresentados (transferência), se atendeu. -----

Trata-se de alunos pertencentes a um agregado familiar integrado no 1.º escalão de rendimentos determinado para efeitos de atribuição do abono de família. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação e no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de Ação Social Escolar - 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação – Ano letivo 2015/2016, delibera atender os pedidos apesar da sua apresentação extemporânea. -----

11. ANTÓNIA MANUELA DE MATOS CARVALHO. APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 22/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde, que apresenta a debilidade da situação económico-financeira do agregado familiar de Antónia Manuela de Matos Carvalho, que vive com bastantes dificuldades face à situação de doença, vindo a mesma pedir apoio para a aquisição de um colchão para poder colocar num sofá cama. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulado com a alínea i) do n.º1 do art.º 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais e apesar deste agregado familiar não se enquadrar no referido Regulamento, delibera considerar a pretensão atribuindo a verba de € 180,00. -

12. REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CONHECIMENTO POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE DE 1 DE MARÇO DE 2016. -----

Foi presente à Câmara, para conhecimento, a Informação n.º 13/2016 da Subunidade de Recursos Humanos, cujo teor se transcreve: -----

Na sequência da aprovação da reorganização de serviços na última reunião ordinária do órgão deliberativo, houve necessidade de proceder a reajustamentos no que concerne às chefias intermédias. -----

Mais se informa que de momento já foi iniciado o procedimento concursal para provimento de um cargo dirigente de nível intermédio – 3º grau para a Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, neste sentido, o Sr. Presidente exarou o Despacho de Nomeação em regime de substituição de Dirigente Intermédio de 3º Grau – o Sr. Dr. Vítor Manuel Parreira Fialho. -----

No que concerne à Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo não tendo sido despoletado o procedimento de procedimento de cargo dirigente intermédio para esta Unidade, o Sr. Presidente, no uso das competências que lhe são cometidas pelo artigo 42.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegou no seu Chefe de Gabinete de Apoio, Dr. José António Rocha Cabrita, as competências para praticar atos de administração ordinária e supervisão das tarefas desenvolvidas naquela Unidade. -----

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo municipal, pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve

a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo 30/03/2016 para que nela possa ser tomado conhecimento dos despachos que se anexam. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

13. TIAGO MIGUEL NATÁRIO NUNES. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE CARTÃO DE DESPORTO MUNICIPAL. -----

Solicita o Sr. Tiago Miguel Natário Nunes a possibilidade de lhe ser substituído o cartão de desporto municipal n.º 452, adquirido no dia 07 de março de 2016, uma vez que o perdeu e apenas o tinha utilizado por 5 vezes. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 70/2016, da Subunidade Administrativa, delibera deferir a pretensão do requerente anulando o cartão n.º 452 e atribuindo novo cartão descontando as 5 utilizações ao mesmo tempo que recomenda aos serviços que tenham a necessária atenção aquando da apresentação dos cartões considerando sempre a possibilidade de tentativa fraudulenta de utilização de um cartão desativado. -----

14. ZURITA DA CONCEIÇÃO LAUREANO MIMOSO. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Sr.ª Zurita da Conceição Laureano Mimoso, a emissão de licença especial de ruído, para a realização de uma festa de aniversário, no dia 31 de março de 2016, pelas 19.00 horas com termino à 01.00 hora do dia 01/04, na sua habitação sita na Estrada da Circunvalação, n.º 39 em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 71/2016, da Subunidade Administrativa e nos termos do disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, delibera emitir a licença especial de ruído. -----

15. CAMPANHA DE DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL “+ COMÉRCIO+ CUBA” - 3.ª EDIÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, com base na proposta inserta na Informação n.º 9/2016, do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, e apesar da sua extemporaneidade, considera para efeitos de atribuição, o prémio reclamado pela Sr.ª Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilhas, correspondente ao 3.º prémio do 2.º sorteio, no valor de € 50,00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

16. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO 14.º PRÉMIO DE ATLETISMO DR. CARLOS GRADIZ. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2016, da Subunidade de Ação Desportiva, propondo a aprovação das normas de funcionamento do evento em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

“NORMAS DE FUNCIONAMENTO”

1. ORGANIZAÇÃO – A Câmara Municipal de Cuba através dos Serviços de Desporto organizam, no próximo dia **9 de Abril de 2016, pelas 14.30H** com o apoio da Associação de Atletismo de Beja, uma competição de Atletismo denominada **14.º Grande Prémio**

de Atletismo Dr. Carlos Gradiz. -----

2. PARTICIPAÇÃO - A Competição encontra-se aberta aos seguintes escalões: **Benjamins, Infantis Iniciados, Juvenis, Juniores, Seniores, Veteranos (1.2.3.4.5)**, e têm início às 14h30m no Largo da Bica em Cuba. -----

3. SECRETARIADO – A funcionar a partir das 14h00 (junto ao local da partida). Os dorsais dos concorrentes serão entregues unicamente ao Delegado da equipa ou ao próprio participante mediante apresentação de documento comprovativo da identidade. -----

4. ESCALÕES -----

Escalões	Faixa Etária	Masculino/Feminino
Benjamins A	7 a 9 anos	2007/ 2008/ 2009
Benjamins B	10 a 11 anos	2005 – 2006
Infantis	12 a 13 anos	2003 – 2004
Iniciados	14 a 15 anos	2001 – 2002
Juvenis	16 a 17 anos	1999 – 2000
Juniores	18 a 19 anos	1997 – 1998
Seniores	> 20 Anos	96 e anteriores
Veteranos	Masculino	Feminino
Veteranos 1	35 a 39 anos	35 a 39 anos
Veteranos 2	40 a 44 anos	40 a 44 anos
Veteranos 3	45 a 49 anos	≥ 45 anos
Veteranos 4	50 a 54 anos	
Veteranos 5	≥ 55 anos	

5. INSCRIÇÕES -----

a) Cada equipa ou clube poderá apresentar um número ilimitado de atletas por cada categoria, desde que previamente inscritos. -----

b) Poderão ser efectuadas até 7 de Abril de 2016, via C.T.T. ou FAX. -----

c) Devem incluir nome, data de nascimento e categoria (Competição, Escalão e Clube ou Individual), para: **CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA – Serviço de Desporto, Rua Serpa Pinto n.º84 – 7940-172 Cuba - Telefone: 284 419 900 Fax: 284 415 137**

ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BEJA - Tel / Fax 284 325 447 Mail:

6. INSCRIÇÕES DE ÚLTIMA HORA – As mesmas só podem ser efectuadas se não vierem a prejudicar o bom desenrolar da prova – 14º Grande Prémio de Atletismo Dr. Carlos Gradiz (e só serão aceites até 30 minutos antes do início da prova). -----

7. SEGURANÇA – A organização declina toda a responsabilidade (além da consignada na apólice de Seguros) por acidente, negligência ou perca dos pertences dos Participantes, sendo da sua responsabilidade a participação com condição física que permita a realização da actividade. Os atletas federados beneficiam da apólice de seguros da F.P.A., os atletas populares beneficiam da apólice de seguro oferecida pela Câmara Municipal de Cuba. Existirá apoio de ambulância. -----

8. DESCLASSIFICAÇÕES – Serão desclassificados todos os atletas que alterem o percurso, prejudiquem os outros atletas ou cometam falta de ética desportiva, não levem o seu dorsal bem visível (devem munir-se de alfinetes), que não respeitem as indicações dadas pela organização. -----

9. PRÉMIOS – PARTICIPAÇÃO – Os participantes Juniores, Seniores e Veteranos receberão prémios monetários, os restantes participantes receberão medalhas e troféus até ao 5º classificado de cada escalão e um saco de lanche. -----

- Prémios colectivos: Taças às 5 primeiras equipas da geral. Pontuam os 10 primeiros atletas entrados em cada prova, incluindo os Benjamins. -----

- **Record de prova** – O atleta que concluir o percurso com o menor tempo, terá direito a

este prémio. Para o mesmo, conta o atleta vencedor, independentemente do escalão (Jun/Sen/Vet Masculinos). -----

- **Record de prova** – O atleta que concluir o percurso com o menor tempo terá direito a este prémio (Jun/Sen/Vet Esc. Único). -----

NOTA – A entrega de prémios far-se-á no final de cada prova -----

10. ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO – Todos os participantes, no 14º Grande Prémio de Atletismo Dr. Carlos Gradiz aceitam o presente regulamento e obrigam-se ao seu integral cumprimento. -----

Nota: - Os atletas devem ser portadores do bilhete de identidade. -----

- **Os atletas federados participarão com dorsal específico para esta prova.** -----

11. CASOS OMISSOS – Os casos omissos, bem como eventuais protestos, serão analisados pelo Júri da prova, da responsabilidade da Comissão Organizadora e da Associação de Atletismo de Beja, em conformidade com os regulamentos da IAAF. -----

12 – PERCURSO: Largo Conde da Esperança, Rua Augusta, Rua Serpa Pinto, Largo Cristóvão Colón, Rua Dr. Manuel da Costa, Largo da República, Rua Fontes dos Leões, Largo Conde da Esperança. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar as normas de funcionamento do 14.º Prémio Dr. Carlos Gradiz. -----

17. ALENTEJO 2020 – AVISO N.º ALT20-14-2016-03 PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS ATÉ 31 DE MARÇO DE 2016 NO DOMÍNIO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL. REGULAMENTO ESPECIFICO NO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS – PORTARIA N.º 57-B/2015, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELA PORTARIA N.º 404-A/2015, DE 18 DE NOVEMBRO. APROVAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA VISANDO A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CASA FIALHO DE ALMEIDA, EM CUBA. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PREVISTAS NO ART.º 5.º DA PORTARIA N.º 708-H/2008, DE 29 DE JULHO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 2/2016, dando conhecimento de que está em curso, até ao próximo dia 31 de março a possibilidade de ser candidatado ao Alentejo 2020 o projeto de Requalificação e Valorização da Casa Fialho de Almeida, em Cuba, de acordo com o Aviso n.º ALT20-14-2016-03, no domínio do **Património Natural e Cultural**, no âmbito do Regulamento Especifico no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterado pela Portaria n.º 404-A/2015, de 18 de novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

a) – Aprovar a apresentação até 31 de março de 2016 da candidatura ao ALENTEJO 2020 – no âmbito do Aviso n.º ALT20-14-2016-03 para Apresentação de Candidatura no domínio do Património Natural e Cultural do Projeto visando a Requalificação e Valorização da Casa Fialho de Almeida, em Cuba; -----

b) – Ao abrigo da alínea f) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação das peças escritas e desenhadas do procedimento concursal previstas no art.º 5.º da Portaria n.º 708-H/2008, de 29 de julho. -----

c) – Declarar para os devidos e legais efeitos que, em caso de aprovação da candidatura, o Município de Cuba estará em condições de lançar o procedimento concursal de imediato. -----

18. 3ª FASE DE ALIENAÇÃO DE LOTES NO PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA. PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE. -----

Foi presente à Câmara o parecer da Comissão designada para o procedimento supra

identificado, referente à proposta recebida respeitante ao promotor, **GENERAL TYRE INVEST, GTI 24, LDA.**, cuja atividade principal é o Comércio a Retalho de Peças e Acessórios para Veículos Automóveis. -----

Análise e Seleção da Candidatura: -----

Atento o disposto nos artigos 8º e 10º, procedeu a Comissão à respetiva análise e apreciação da candidatura apresentada à 3ª Fase de alienação de lotes de que resultou a seguinte pontuação: -----

GENERAL TYRE INVEST, GTI 24, LDA. -----

Pontuação parcial: -----

O Candidato: -----

Apresentou o modelo de IRS do qual constam os rendimentos da Categoria B (Regime de Contabilidade Organizada), dos últimos 3 anos (5 pontos); -----

- Propõe manter 4 postos de trabalho (12 pontos); -----

- Propõe criar 1 posto de trabalho (5 pontos); -----

Ausência de elementos insertos na candidatura que permita aferir do impacto ambiental (0 pontos). -----

- Propõe um investimento a realizar <100.000,00 e ≤ 250.000,00 € (2 pontos); -----

O projeto apresentado tem impacto na Derrama Municipal porque tem sede no concelho de Cuba (5 pontos). -----

PONTUAÇÃO GLOBAL – 67 PONTOS -----

Para fazer face ao projeto, o promotor solicita o lote 18. -----

Atendendo à natureza da atividade desenvolvida e respetivo CAE 45320 - Comércio a Retalho de Peças e Acessórios para Veículos Automóveis, a pretensão enquadra-se na Zona E, estando prevista a existência de uma área reservada destinada exclusivamente ao comércio. Por outro lado o candidato prevê, em complemento da sua atividade, a instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, bem como venda e comercialização de automóveis que ocorrerá dentro da área descoberta do lote, conforme consta da candidatura. -----

PARECER: -----

A Comissão de Análise propõe, por unanimidade, a alienação do lote 18. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1º - A alienação ao promotor **GENERAL TYRE INVEST, GTI 24, LDA**, do lote 18, nas condições propostas; -----

2º - Atendendo a que o concorrente não visa a candidatura do seu projeto a fundos comunitários, existindo apenas o recurso a capitais próprios para o efeito, dando cumprimento ao disposto no nº 1 do art.º 12º do Regulamento, deverá notificar-se o interessado para comparecer na Câmara Municipal no dia e hora que for fixado a fim de celebrar o contrato-promessa de compra e venda do referido lote. -----

3º - Por outro lado, entende a Comissão alertar o órgão executivo que a análise efetuada à candidatura assentou unicamente na documentação apresentada pelo concorrente e foi ponderada de acordo com os critérios fixados no art.º 8º. -----

4º - Notificar o requerente do teor da deliberação. -----

19. COMISSÃO CONCELHIA DE CUBA DA CDU. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO PÁTIO DO FIDALGO, EM CUBA, E APOIO LOGÍSTICO. -----

Solicita a Comissão Concelhia de Cuba, da CDU, a cedência do espaço público Pátio do Fidalgo, em Cuba, no próximo dia 16 de abril, a fim de realizar uma ação política e de convívio, bem como solicita a cedência, a título gratuito, de 150 cadeiras, material de som e palanque -----

A Câmara, por unanimidade, delibera ceder o espaço e a prestar o apoio logístico para o

fim pretendido. -----

20. ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BEJA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CAMPO DE JOGOS DR. AUGUSTO AMADO DE AGUILAR, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a cedência, a título gratuito, do Campo de Jogos Dr. Augusto Amado de Aguilár, para treino da seleção distrital Sub-13, no dia 28 de março de 2016, das 19,00 às 21,00 horas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

21. COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba, a emissão de licença especial de ruído, para a realização de um Torneio de Setas no Salão Paroquial, em Cuba, no horário compreendido entre as 14,00 horas do dia 2 e as 02.00 horas do dia 3 de abril de 2016, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas. A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 72/2016, da Subunidade Administrativa, e de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, delibera conceder a licença especial de ruído, devendo o requerente tomar as medidas necessárias para a sua prevenção e redução. -----

Mais delibera a Câmara isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do nº 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 16,87 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

Delibera, a Câmara, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

22. COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DA PISTA DE GALGOS. -----

Solicita a Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba, a cedência a título gratuito da Pista de Galgos, em Cuba, para uma prova de competição a realizar no próximo dia 17 de abril de 2016. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 72/2016, da Subunidade Administrativa, não estando prevista em tabela qualquer taxa a cobrar pela utilização do referido equipamento, delibera ceder a Pista para o fim pretendido. -----

Mais delibera determinar aos Serviços de Ação Desportiva a elaboração de um documento contendo as normas de utilização da referida infraestrutura. -----

23. COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba, a emissão de licença especial de ruído, para a realização de uma prova de Corrida de Galgos, na Pista de Galgos, em Cuba, no horário compreendido entre as 9,00 e as 17,00 horas do dia 17 de abril de 2016, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas. A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 73/2016, da Subunidade Administrativa, e de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de

01 de agosto, delibera conceder a licença especial de ruído, devendo o requerente tomar as medidas necessárias para a sua prevenção e redução. -----

Mais delibera a Câmara isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do nº 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 16,87 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

Delibera, a Câmara, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

24. MINUTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE A TURISMO DO ALENTEJO, ERT E O MUNICÍPIO DE CUBA PARA A CANDIDATURA DO EVENTO "CUBA, CAPITAL DO PÃO" AO PO REGIONAL "ALENTEJO 2020" -----

Foi presente à Câmara a versão final da minuta do protocolo em título, que se transcreve: -----

ENTRE: -----

Entidade Regional de Turismo do Alentejo, E.R.T., pessoa coletiva nº 508817897, com sede na Praça da República, nº 12 -1º, em Beja, representada por António José Ceia da Silva, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, adiante designada por Turismo do Alentejo E.R.T; -----

e -----

Município de Cuba, pessoa coletiva nº 500832935, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 84, representado por João Manuel Casaca Português, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por Município, -----

Cláusula Primeira (Objeto) -----

1. Pelo presente protocolo as entidades atrás referidas, constituídas enquanto Parceiras, estabelecem entre si uma parceria que terá como objetivo a apresentação e execução de uma Candidatura ao Programa Operacional Regional do Alentejo, designado "Alentejo 2020", para o co-financiamento pelos Fundos Estruturais e de Investimento da União Europeia, do Evento "Cuba, Capital do Pão", o qual se realiza de 1 a 5 de Setembro de 2016, em Cuba. -----

2. A Candidatura mencionada no número anterior destina-se a financiar o custo com as componentes de organização, produção executiva e promoção do Evento "Cuba Capital do Pão", estabilizado e aceite em definitivo pelas partes à data em 50.000 € (cinquenta mil euros). -----

Cláusula Segunda (Obrigações da Turismo do Alentejo, ERT - Entidade Beneficiária Líder e Executora) -----

1. A Turismo do Alentejo, ERT, enquanto Entidade Beneficiária Líder e Executora da Operação, compromete-se a apresentar uma Candidatura que inclua o Evento "Cuba, Capital do Pão", ao PO Regional "Alentejo 2020", mais concretamente ao 1º Aviso de Abertura de Concurso, Domínio Temático SEUR, Prioridade de Investimento 6.3 - Património Natural e Cultural, previsto para o 1º semestre de 2016. -----

2. É compromisso da Turismo do Alentejo, ERT executar as atividades sob a sua responsabilidade no âmbito do Evento "Cuba Capital do Pão", de acordo com as componentes de investimento referidas na cláusula anterior, as quais deverão ser inscritas na memória descritiva da Candidatura da Operação a apresentar ao PO Regional "Alentejo 2020". -----

3. No quadro da parceria e da candidatura da Operação a apresentar ao PO Regional "Alentejo 2020", a Turismo do Alentejo E.R.T assumirá ainda a coordenação global do projeto, a definição dos correspondentes mecanismos de acompanhamento e controlo e o relacionamento institucional com a Autoridade de Gestão e o Secretariado Técnico

do programa financiador. -----

4. Os mecanismos de articulação, acompanhamento e avaliação de suporte à execução da Operação serão descritos na memória descritiva que integrará a Candidatura, sem prejuízo da sua inclusão no presente protocolo, através de aditamento, se tal vier a ser exigível. -----

Cláusula Terceira (Obrigações do Município de Cuba – Entidade não executora) -----

Para os efeitos previstos na cláusula primeira, o Município, enquanto entidade parceira não executora, obriga-se a: -----

1. Facilitar e colaborar na execução, atribuída à Turismo do Alentejo, ERT, por via deste protocolo, das atividades de organização, produção executiva e promoção do evento “Cuba, Capital do Pão”. -----

2. Assegurar as demais condições técnicas, logísticas e institucionais necessárias à efetiva realização do evento “Cuba Capital do Pão”, nomeadamente àquelas que complementem os recursos técnicos a contratar pela Turismo do Alentejo, ERT. -----

3. É ainda compromisso do Município suportar uma verba equivalente à contrapartida nacional do investimento potencialmente elegível pelo PO Regional “Alentejo 2020”, relacionado com as atividades do evento que venham a ser identificadas na memória descritiva da Candidatura, no valor de 7.500 € (sete mil e quinhentos euros). -----

Cláusula Quarta (Receita) -----

1. Caso o Evento “Cuba Capital do Pão” gere receita, por via do pagamento de entradas, cobrança de inscrições ou aluguer de espaços, o Município deve, nos cinco dias posteriores à sua realização, informar a Turismo do Alentejo, ERT do montante respetivo registado, bem como da entidade que a arrecadou. -----

2. Caso se trate do Município a cobrar a receita, compete a este lançar na respetiva contabilidade o montante associado, cuja escrituração constará do dossier da Operação, devendo as cópias dos respetivos livros ou registos informáticos ser entregues à Turismo do Alentejo, ERT, nos trinta dias após a realização do Evento. -----

3. As eventuais reduções ao montante aprovado de comparticipação financeira da União Europeia, em virtude da cobrança de receita, serão assumidas pelo Município, competindo a este ressarcir a Turismo do Alentejo, ERT da importância devida no prazo de 30 dias após o encerramento da Operação pelo PO Regional. -----

Cláusula Quinta (Informação e Publicidade) -----

Compete ao Município, neste âmbito: -----

1. Dar visibilidade no recinto de realização do Evento “Cuba, Capital do Pão” ao papel de coorganização da Turismo do Alentejo, ERT, bem como ao do financiamento pelo Alentejo 2020, Portugal 2020, União Europeia/FEDER, através da publicidade aos respetivos logos a colocar em meios e suportes de divulgação e exposição, tais como faixas, roll-ups, pop-ups ou através da própria inscrição nos stands, caso existam. -----

2. Inscrever em toda a comunicação institucional e na promoção turística do evento, “Cuba, Capital do Pão”, incluindo aquela que se realize por meio de canais digitais online, a referência ao papel de coorganização da Turismo do Alentejo, ERT, através da aposição do respetivo logo, bem como do financiamento pelo Alentejo 2020, Portugal 2020, União Europeia/FEDER, utilizando a barra disponível no site do Alentejo 2020 (). -----

3. A publicidade aos apoios do Alentejo 2020, Portugal 2020, União Europeia/FEDER nos diversos suportes e meios de divulgação previstos para o evento (e.g. material informativo e promocional, anúncios em imprensa escrita, spot rádio, spot televisivo, banners publicitários online, peças de merchandising, entre outros), deve seguir escrupulosamente as regras previstas no Guia de Informação e Publicidade para o Beneficiário Alentejo 2020, sob pena da não elegibilidade da despesa relacionada. -----

4. Entregar no prazo de trinta dias após a realização do evento o dossier com todas as evidências relativas à publicitação dos apoios da União Europeia, incluindo digitalizações de todas as inserções publicitárias e exemplares dos materiais de divulgação e promocionais editados, bem como cópias dos spots televisivos e áudio, caso existam. -----

5. Entregar juntamente com o dossier referido no ponto anterior as imagens que comprovem o previsto no ponto 1 da presente cláusula. -----

6. A entrega deverá processar-se em CD (2 exemplares) e através de um dossier impresso, sempre que se justifique. -----

Cláusula Sexta (Transferências e Pagamentos) -----

1. Nos 90 dias posteriores à assinatura do Protocolo, o Município transferirá para a Turismo do Alentejo, ERT a verba correspondente à contrapartida nacional do investimento, no montante de 7.500 € (sete mil e quinhentos euros). -----

2. As verbas referidas deverão ser transferidas para o NIB 0781.0112.0112.0014.703.72, em nome da Turismo do Alentejo, ERT. -----

Cláusula Sétima (Assunção de despesas pela Turismo do Alentejo, ERT) -----

1. A assunção de despesas pela Turismo do Alentejo, ERT no âmbito do programa de investimento anexo ao presente Protocolo e que dele faz parte integrante, fica dependente da aprovação da candidatura referida no nº 1 da cláusula 1ª e da transferência das verbas referida no nº 3 da cláusula 3ª. -----

2. Caso os prazos de decisão inerentes à aprovação da candidatura condicionem o arranque da preparação do Evento e a necessária assunção de despesa pela Turismo do Alentejo, ERT, poderá ser celebrado um protocolo adicional entre as partes, através do qual se preveja o adiantamento pelo Município da totalidade da verba necessária à contratação dos serviços. -----

Cláusula Oitava (Vigência) -----

O presente protocolo produz efeitos desde a sua assinatura e é válido até ao encerramento da Operação a que se refere a Cláusula Segunda, pela Comissão Diretiva do PO Regional "Alentejo 2020". -----

Cláusula Nona (Exemplares) -----

O presente protocolo é celebrado e assinado em dois exemplares, destinando-se um à Turismo do Alentejo, ERT e outro ao Município de Cuba. -----

O Presidente da Turismo do Alentejo, ERT - António Ceia da Silva. -----

(minuta aprovada na reunião de Comissão Executiva de 23 de março) -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a versão final da Minuta do Protocolo. -----

BRAS PARTICULARES: -----

25. REVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL - MATO DOS HOMENS, VILA ALVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 4A/2016, do Serviço de Urbanismo, que se transcreve: -----

1. Para efeitos do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 15/2014 de 23 de Janeiro (Regime Jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos), e em razão das competências municipais fixadas pela alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do mesmo diploma, realizámos auditoria ao Empreendimento Turístico em Espaço Rural (TER) do Mato dos Homens, sito em Vila Alva, para efeitos de revisão da classificação que deve ser oficiosamente realizada de cinco em cinco anos; -----

2. Constatou-se que na generalidade o empreendimento mantém as características, condições de funcionamento e demais requisitos, verificando-se que já possui abastecimento de água a partir da rede pública, para além do sistema privativo que

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "SB." and "T. Paulo".

anteriormente possuía; -----

3. O Empreendimento TER possui a classificação de “Casa de Campo”, que deverá manter-se; -----

4. Mais se informa que de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 38.º do diploma mencionado, o resultado da auditoria deve ser comunicado ao Turismo de Portugal, I.P., no prazo de 10 dias, através dos meios informáticos fixados pelo artigo 74.º. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera proceder de acordo com o resultado da auditoria, mantendo a classificação de “Casa de Campo”, comunicando esse resultado ao Turismo de Portugal, I.P. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SB.' and 'Pelo'.

APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. -----

26. DAVIDE MIGUEL DO Ó MCHADO. PROCESSO N.º 3/2016. -----
CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. COURELAS DA IGREJA, LOTE 3, EM CUBA.--
A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 3/2016 do Serviço de Urbanismo, ao abrigo do n.º 4, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, delibera aprovar o projeto de arquitetura, devendo o requerente apresentar, no prazo de 6 meses, a contar da data da notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes na referida informação. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

27. ROSA MARIA DIAS RODRIGUES. PROCESSO N.º 37/2014. -----
ALTERAÇÃO DE FACHADA. RUA AUGUSTA, N.º 121, EM CUBA. -----
A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, na sequência do requerimento do requerente datado de 29-02-2016, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, delibera aprovar o licenciamento da obra fixando em três meses o prazo para conclusão da mesma de acordo com a calendarização apresentada, considerando para o efeito o regime excecional de extensão dos prazos contemplado no Dec-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto. -----

28. NUNO MIGUEL FERRO COELHO GODINHO. PROCESSO N.º 37/2014. -----
BENEFICIAÇÃO DE MORADIA. RUA ANTÓNIO SÃO BRÁS, N.º 8, EM CUBA. -----
A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, delibera aprovar o licenciamento da obra fixando em dois meses o prazo para conclusão da mesma de acordo com a calendarização apresentada. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ---
“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,15 horas. -----

E eu, Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo, em regime de substituição, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----



O Presidente da Câmara,



A Técnica Superior,

